

O que cabe a cada player fazer na transição climática

A segunda plenária (“Mudanças Climáticas e o Papel do Resseguro”), do Encontro de Resseguros do Rio de Janeiro, avaliou instrumentos para mitigar danos e ampliar a resiliência climática, por meio de produtos ofertados pelas seguradoras e resseguradoras. Esse debate sobre adaptação climática e proteção financeira passa, inevitavelmente, por uma articulação mais ampla entre mercado segurador, ressegurador, mercado de capitais e governo. Diretora de Sustentabilidade da CNseg, Claudia Prates, moderou os debates sobre caminhos para estruturar, de forma mais rápida e coordenada, instrumentos financeiros que envolvam também bancos multilaterais e instituições de desenvolvimento.

O secretário Nacional de Mudança do Clima, Aloísio Lopes, afirmou que a integração entre o setor de seguros, resseguros, instituições financeiras e o governo é essencial para fortalecer a capacidade da economia de lidar com riscos climáticos crescentes. Nesse contexto, o resseguro exerce um papel estratégico como estabilizador, contribuindo para reduzir a exposição a perdas e aliviar pressões fiscais sobre o Estado.

Aloisio destaca que o principal desafio atual está em um ambiente de maior incerteza climática, no qual é fundamental definir, de forma convergente, o que caracteriza uma boa medida de adaptação e resiliência. Para ele, alinhar padrões entre políticas públicas, regulação e mercado é decisivo para viabilizar riscos seguráveis a custos acessíveis.

Ele também ressalta os avanços do Plano Clima, com a construção de uma agenda estruturada de adaptação envolvendo diversos setores, além da ampliação de instrumentos de financiamento, como o Fundo Clima. Apesar disso, reforça que ainda há um longo caminho para consolidar critérios claros, integrar esforços e direcionar investimentos que fortaleçam a resiliência de ativos, infraestrutura e cadeias produtivas no país.

No caso do agro, como ampliar sua proteção?

Segundo Glaucio Toyama, diretor de Agro do IRB (Re), o avanço do seguro rural no Brasil passa por três pilares fundamentais. O primeiro é a recente aprovação, pelo Congresso, de um projeto de lei que moderniza o setor, ao tratar da subvenção ao prêmio do seguro, do crédito rural incentivado e da proteção contra perdas catastróficas. A iniciativa busca fortalecer o mercado no curto prazo, resultado de um esforço conjunto entre diferentes atores públicos e privados que reconhecem a importância estratégica do seguro para o desenvolvimento do agronegócio.

Toyama ressalta ainda a necessidade de ampliar a cultura de seguros no país, especialmente em um setor que movimenta mais de R$ 1,3 trilhão por ano e exige elevado investimento. Diante da limitação dos recursos públicos, ele destaca que a participação da iniciativa privada é essencial, tanto na oferta de crédito quanto na construção de uma agenda voltada à resiliência climática e à sustentabilidade. Nesse sentido, reforça a responsabilidade compartilhada entre todos os elos da cadeia produtiva.

Por fim, o executivo enfatiza que o uso de dados de qualidade é decisivo para o futuro do setor. O investimento em pesquisa, desenvolvimento e inteligência de mercado permite compreender melhor os riscos e diferenciar perfis de produtores, tornando o seguro mais eficiente. Iniciativas como a criação de centros de estudos e publicações especializadas são apontadas como caminhos para consolidar uma base de dados robusta e aprofundar o conhecimento sobre riscos no Brasil.

O que diz o olhar do Cemaden?

Segundo José Marengo, coordenador-geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Cemaden e consultor da OMM, os desastres climáticos que têm afetado o Brasil não podem ser explicados apenas pelos eventos extremos da natureza. Para ele, embora o clima tenha papel relevante, os impactos são amplificados pela falta de planejamento urbano, pela ocupação inadequada do solo e pela ausência de políticas públicas eficazes de prevenção.

Marengo destaca que a recorrência de tragédias, como enchentes e incêndios, revela uma fragilidade estrutural: muitas regiões são reconstruídas sem mudanças, permanecendo expostas aos mesmos riscos. Além disso, ele chama atenção para a carência de uma cultura de prevenção na sociedade, evidenciada pela baixa percepção de risco e pela resistência da população em seguir orientações de evacuação.

O especialista reforça que a prevenção precisa se tornar uma política de Estado, combinando educação, planejamento territorial, sistemas de alerta eficientes e mecanismos de proteção, como seguros. Sem essas medidas integradas, o país continuará enfrentando perdas humanas e materiais que poderiam ser, em grande parte, evitadas.

Avanços no arcabouço das finanças sustentáveis

Segundo Lucca Rizzo, líder Especialista Sênior em Finanças Climáticas do iCS, o Brasil avançou de forma significativa, nos últimos anos, na construção de um arcabouço robusto de finanças sustentáveis, com a criação de instrumentos e iniciativas voltadas à mobilização de recursos para a agenda climática. No entanto, o desafio agora é evoluir para uma nova etapa, focada na implementação prática desses mecanismos, especialmente no desenvolvimento de instrumentos financeiros capazes de reduzir riscos e alavancar investimentos, como seguros paramétricos e estruturas de garantias.

Rizzo destaca que plataformas como o Blended Finance e iniciativas públicas podem desempenhar papel decisivo ao atrair capital privado, multiplicando o impacto dos recursos públicos na reconstrução e adaptação climática. Ele também ressalta a importância de avançar na integração e no uso estratégico de dados, combinando informações públicas e privadas para criar plataformas mais granulares e eficazes na gestão de riscos.

Ele enfatiza ainda a necessidade de desenvolver instrumentos específicos para municípios, que são os primeiros a responder aos eventos climáticos, mas enfrentam limitações orçamentárias. Para ele, fortalecer a capacidade local, ampliar o acesso a dados e criar soluções de seguro e financiamento adaptadas às cidades são passos essenciais para reduzir a vulnerabilidade e construir um país mais resiliente e preparado para os desafios climáticos.

Fonte: CNseg, em 19.05.2026